



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Domingues, Eliane

Vinte anos do MST: a psicologia nesta história

Psicologia em Estudo, vol. 12, núm. 3, dezembro, 2007, pp. 573-582

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122098014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

VINTE ANOS DO MST: A PSICOLOGIA NESTA HISTÓRIA

Eliane Domingues*

RESUMO. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completou vinte anos em 2004. Ao longo de sua existência vem despertando o interesse de pesquisadores de diversas áreas, principalmente da Educação e da Sociologia. No entanto, ainda existem poucos trabalhos na Psicologia sobre o MST. Mapear a produção científica geral sobre o MST e analisar a produção específica da Psicologia sobre esta temática é o que se propôs esta pesquisa. Com esse objetivo, foi realizada uma busca *online* no banco de teses da Capes, abrangendo o período de 1987 a 2004. Todos os resumos encontrados foram impressos e categorizados. Através dos resumos foram identificadas as teses e dissertações desenvolvidas em programas de pós-graduação em Psicologia, as quais, por sua vez, foram lidas em sua totalidade, buscando-se identificar as questões orientadoras, principais resultados e conclusões das pesquisas. Destaca-se a necessidade de estudos sobre a infância, desterritorialização e sofrimento psíquico e saúde mental no campo.

Palavras-chave: MST, estado da arte, pesquisa bibliográfica.

LANDLESS PEASANTS' MOVEMENT AFTER TWENTY YEARS: PSYCHOLOGY AND THE MOVEMENT'S HISTORY

ABSTRACT. The Landless Peasants' Movement (MST) in Brazil commemorated twenty years in 2004. Throughout its lifetime, it has aroused the interest of researchers hailing from different areas, mainly from those involved in Education and Sociology. Few researches on the movement are extant within Psychology. The mapping of general scientific production on the Movement and an analysis of the specific production within Psychology are the objects of current research. An online search was undertaken at the CAPES data bank with regard to the 1987-2004. All abstracts were printed and classified. Whereas the abstracts revealed the theses and dissertations developed in postgraduate programs for Master's degree in Psychology, the dissertations were read to identify pre-oriented subject matter in the researches, their main results and their conclusions. The need for further studies concerning childhood, de-territorialization, psychic suffering and mental health conditions in the rural area is emphasized.

Key words: Landless Peasants' Movement, state of art, bibliographical research.

VEINTE AÑOS DE LO MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA: LA PSICOLOGÍA EN ESTA HISTORIA

RESUMEN. El movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) ha cumplido veinte años en 2004. A lo largo de su existencia viene despertando el interés de los investigadores de diversas áreas, principalmente, de la Educación y Sociología. Sin embargo, aun existen pocos trabajos en la Psicología sobre el MST. Mapear la producción científica general sobre el MST y analizar la producción específica de la Psicología, sobre esta temática es lo que se ha propuesto con esta encuesta. Con ese objetivo ha sido realizada una búsqueda online en el banco de tesis de la CAPES, abarcando el período de 1987 a 2004. Todos los resúmenes encontrados fueron impresos y puesto en categorías. A través de los resúmenes fueron identificadas las tesis y disertaciones desarrolladas en Programas de Postgrado en Psicología que, por su vez, fueron leídas en su totalidad, buscando identificar las cuestiones orientadoras, principales resultados y conclusiones de las pesquisas. Se destaca la necesidad de estudios sobre la infancia, desterritorialización y sufrimiento psíquico y salud mental en el campo.

Palabras-clave: MST, estado del arte, pesquisa bibliográfica.

* Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora da Universidade Estadual de Maringá-PR.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, também o maior da América Latina (Gohn, 1998). Fundado oficialmente em 1984¹, atualmente está presente em 23 estados do Brasil e envolve cerca de 2 milhões de pessoas, com 350 mil famílias assentadas e 160 mil acampadas. É um movimento social que luta pela reforma agrária e contra o modelo econômico neoliberal. Entre suas formas de ação estão acampamentos, a ocupação de fazendas, sedes de organismos públicos e de multinacionais, a destruição de plantações transgênicas, marchas, greves de fome e outras ações políticas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2003, 2004).

Seus objetivos são:

- 1- construir uma sociedade sem exploradores e na qual o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
- 2- colocar a terra a serviço de toda a sociedade, visto que é um bem de todos;
- 3- garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- 4- buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5- difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6- combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001).

Para Stédile e Fernandes (1999), o principal fator que contribuiu para o surgimento do movimento foi o socioeconômico, destacando-se o processo de modernização da agricultura brasileira na década de 70 e a conseqüente liberação do campo de um imenso contingente populacional. Naquela década, aproximadamente 15 milhões de pessoas migraram para as cidades. Nas cidades, os migrantes passam a ter novos gastos (como moradia, água) e a não dispor mais de terra para cultivo de produtos de subsistência. Transformam-se, em sua maioria, em mão-de-obra barata e disposta a aceitar condições penosas de trabalho.

Outro fator destacado por Stédile e Fernandes (1999) como fundamental para o surgimento do MST foi o trabalho das igrejas Católica e Luterana, tendo como base a Teologia da Libertação. Na década de 60 começaram a se formar no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foram grupos de pessoas da periferia ou da zona rural, organizados por padres ou leigos, em torno de uma paróquia (urbana) ou capela (rural). Nas CEBs era realizada a leitura político-religiosa da Bíblia, que consistia em relacionar o cotidiano de camponeses aos textos bíblicos, enfatizando principalmente a relação entre a história de Moisés, dos hebreus e da “terra prometida” com as histórias pessoais daqueles indivíduos, o que os ajudou no reconhecimento da comum situação de opressão e a se identificar como grupo (Tarelho, 1988). Além das CEBs, a Igreja passou a contar, a partir do ano 1975, também com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tinha o objetivo de assessorar e interligar o trabalho pastoral junto aos camponeses e também denunciar e registrar os conflitos no campo. No interior das CEBs e da CPT formaram-se muitos dos líderes e militantes do MST, e um dos marcos históricos do movimento, a ocupação da fazenda Macali, no município de Ronda Alta - RS, em 1979, teve a participação de um padre membro da CPT.

Além dos fatores socioeconômico e ideológico, outros fatores também contribuíram para o surgimento do MST. Stédile e Fernandes (1999) também citam o próprio processo de redemocratização pelo qual vinha passando o país, no qual os movimentos sociais tiveram um importante papel.

Não podemos nos esquecer das Ligas Camponesas, que já nas décadas de 1950/60 lutavam pela reforma agrária e, mesmo extintas com o golpe de 1964, deixaram um caminho aberto e uma legislação mais favorável² para aqueles que depois dela vieram a lutar pela terra.

Do surgimento aos dias de hoje, o MST cresceu e passou por muitas mudanças. Se inicialmente seus líderes e militantes formavam-se junto à Igreja, atualmente já têm um setor dedicado à formação de seus participantes. O Movimento tem um jornal (Jornal Sem Terra, que existe há 22 anos), uma revista (Revista Sem Terra, que surgiu há sete anos e tem

¹ Em 1984 foi realizado o I Encontro Nacional dos Sem Terra e fundado o MST, na cidade de Cascavel, quando foram elaborados seus objetivos gerais e reivindicações.

² Uma das principais conquistas foi a substituição do artigo 141, parágrafo 16, da Constituição de 46 – que previa a desapropriação de terras para fins de utilidade pública ou interesse social, mediante a prévia e justa indenização em dinheiro – e impedia que a reforma agrária fosse possível, por indenização, em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo máximo de 20 anos (Silva, 1997), além do Estatuto da Terra.

tiragem de 10.000 exemplares) e, mais recentemente, um programa de rádio (Vozes da Terra, que teve início em 2.000, realizado em parceria com a Universidade Católica de Santos, é enviado para cerca de 500 emissoras de rádio e pode ser acessado pela internet). Conta com 1.600 escolas de ensino fundamental em assentamentos e acampamentos, as quais atendem 160 mil crianças e adolescentes, além de 30 mil jovens e adultos que estão se alfabetizando (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2003, 2004).

Tudo isso tornou o MST mais complexo, e um número cada vez maior de pesquisadores tem-se interessado em estudá-lo, principalmente na Educação e na Sociologia. A Psicologia ainda conta com poucos trabalhos, o que não é novidade, pois, como diz Albuquerque (2002), “a Psicologia tem se voltado preferencialmente a estudar os fenômenos psicossociais do ambiente urbano” (online). Diante desta constatação e do interesse pelo tema, surgiram as questões: o que a Psicologia já pesquisou sobre o MST? Por quais temas se interessa? Qual a contribuição da Psicologia nesse campo?

Foram estas as questões que orientaram esta pesquisa, que teve como objetivo fazer um levantamento de teses e dissertações desenvolvidas em programas de pós-graduação em Psicologia e um mapeamento geral da produção de dissertações e teses sobre o MST, com vistas a uma análise crítica, que desse subsídios para pesquisas futuras na área.

MÉTODO

Esta pesquisa bibliográfica inseriu-se em uma modalidade de pesquisa denominada *estado da arte*. De acordo com Ferreira (2002), este tipo de pesquisa traz “(...) o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” (online). O que motiva sua realização é o desejo de conhecer um campo de estudos que a cada dia se tornar maior e muitas vezes é de difícil acesso, como é o caso de teses e dissertações (Ferreira, 2002).

Procedimento para levantamento dos dados

1º) Pesquisa no Banco de Teses da Capes³ utilizando os seguintes campos fixos:

- autor: não preenchido

- assunto: movimento sem terra (todas as palavras)
- instituição: não preenchido
- nível para pesquisa: todos

2º) Todos os resumos que citassem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, sem terra e acampamento ou assentamento, sem terra e assentados ou acampados ou ocupação, foram impressos, lidos e categorizados de acordo com a universidade/programa de pós-graduação, local citado e temas. Foram excluídos resumos referentes a movimentos urbanos, quilombolas, indígenas, posseiros, atingidos por barragens, comunidades pesqueiras, questão agrária, conflitos/revoltas camponesas que não se referissem ao MST; porém foram mantidos aqueles em que o MST era apenas citado, mesmo não sendo o foco principal da investigação. Os resumos levantados corresponderam ao período de 1987 (primeiro ano disponibilizado pela Capes) a 2004 (até 18/08/2006, último ano disponível).

3º) Através da leitura dos resumos foram identificadas as teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação em Psicologia. Foi estabelecido contato com a maioria dos autores através de *e-mail* e estes enviaram suas dissertações e teses por *e-mail* ou pelo correio. Algumas dissertações foram fotocopiadas nas próprias bibliotecas depositárias e em um caso foi utilizado o sistema de empréstimo entre bibliotecas.

4º) As dissertações e teses de programas de pós-graduação em Psicologia foram lidas em sua totalidade⁴. Observaram-se as questões investigadas, temas abordados, principais resultados e conclusões das pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mapeamento da produção sobre o MST

Foram identificadas, no banco de teses da Capes, 300 resumos de dissertações e 69 resumos de teses que citam o MST, defendidas no período de 1987 a 2004. Como pode ser visto na Tabela 1, as áreas que mais

³ Disponível no endereço eletrônico <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw>>.

⁴ Desta forma, as teses e dissertações de psicólogos ou que utilizam o referencial teórico da Psicologia realizados em outros programas de pós-graduação não foram incluídos, pela inviabilidade de identificação de todos eles, neste caso, apenas os resumos foram lidos.

estudaram o MST foram a Educação (101 pesquisas) e a Sociologia/Ciências Sociais e Políticas (47 e 27 pesquisas, 84 no total). A Psicologia aparece com apenas 11 trabalhos, embora uma das primeiras dissertações sobre o MST seja a de Tarelho (1988), no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP.

Tabela 1. Dissertações e Teses que Citam o MST por Área do Conhecimento.

Área	Nº Dissertações	Nº Teses	Total
Educação	81	20	101
Sociologia	41	6	47
Desenvolvimento e Extensão Rural	25	3	28
Ciências Sociais e Políticas	19	8	27
Geografia	22	5	27
História	18	6	24
Serviço Social	14	3	17
Letras e Linguística	11	4	15
Direito	13	2	15
Comunicação	10	2	12
Psicologia	10	1	11
Engenharias, Ciências Agrárias	7	3	10
Antropologia	6	1	7
Administração	5	-	5
Teologia e Ciências da Religião	4	1	5
Economia	4	-	4
Políticas Sociais e Políticas Públicas	4	-	4
Outras	6	4	10

Os programas de pós-graduação com mais estudos sobre o MST foram: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRJ, 11; Geografia Humana/USP, 10; Geografia/UNESP (Presidente Prudente), 10; Educação/UFRGS, 10; Educação/UFSC, 9; Sociologia Política/UFSC, 8; Sociologia/UFPB (João Pessoa), 7; Educação/UFPB (João Pessoa), 7. Na Psicologia, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP é o que mais tem estudos sobre o tema: 4 dissertações.

No que diz respeito aos estados citados nestas pesquisas, foram citados 19 dos 23 estados onde o MST está presente⁵, mais o Distrito Federal. Não foram citados somente os estados do Amapá, Rondônia, Piauí e Alagoas, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2. Estados e Regiões Citados em Dissertações e Teses Sobre o MST

Estados/Regiões	Nº Dissertações	Nº Teses	Total
São Paulo	34	8	42
Rio Grande do Sul	22	3	25
Santa Catarina	19	4	23
Paraná	17	5	22
Goiás	9	5	14
Paraíba	12	1	13
Bahia	12	-	12
Pernambuco	8	2	10
Mato Grosso	8	1	9
Rio Grande do Norte	7	2	9
Minas Gerais	6	3	9
Ceará	7	1	8
Rio de Janeiro	8	-	8
Pará	6	-	6
Mato Grosso do Sul	4	1	5
Espírito Santo	4	-	4
Tocantins	2	-	2
Maranhão	1	1	2
Distrito Federal	1	-	1
Sergipe	1	-	1
São Paulo e Rio de Janeiro	-	1	1
Goiás e Paraná	-	1	1
São Paulo e Rio Grande do Norte	1	-	1
Sul e Sudeste	1	-	1
Norte e Nordeste	1	-	1
Sul	2	1	3
Nordeste	1	2	3
Não cita local no resumo	93	25	118
Não foi possível identificar o Estado	13	2	15

Entre os estados mais citados, o Paraná e São Paulo estão entre aqueles com o maior número de ocupações no período. Entre os anos de 1988 a 2004, aconteceram 431 ocupações de terras no Paraná, e em São Paulo, 416. Estes números só são inferiores aos do Estado de Pernambuco, onde aconteceram 755 ocupações de terras neste período (Dataluta, 2005). Também podemos relacionar o maior número de citações a São Paulo e aos estados do Sul, pois foi no Centro-Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) que ocorreu a gestação e o nascimento do MST (Fernandes, 2006).

No que diz respeito à identificação das temáticas pesquisadas, convém destacar a dificuldade de tal empreendimento no trabalho com resumos, uma vez que estes são sínteses das pesquisas realizadas, muitas vezes não são claros, e também são de diferentes áreas

⁵ O MST só não está presente nos estados de Roraima, Acre e Amazonas.

do conhecimento. Contudo, tal tentativa de categorização, mesmo tendo caráter subjetivo e exploratório, possibilitou alguns indicativos sobre os

temas mais estudados. A Tabela 3 traz uma síntese com as temáticas mais estudadas.

Tabela 3. Temas mais Abordados em Dissertações e Teses.

Temas	Nº Dissertações	Nº Teses	Total
Educação, Experiências educativas e proposta pedagógica do MST	36	7	31
Relação entre MST aliados e adversários (intelectuais, cultura jurídica, Igreja, Estado, sindicatos, mediadores, imprensa/mídia, trabalhadores rurais, polícia militar, técnicos de extensão rural, professores)	16	5	21
Cooperação, cooperativa agrícola	16	2	18
História, emergência do MST	15	3	18
Reforma Agrária, questão agrária	14	2	16
Prática educativa e formativa do MST	14	1	15
Identidade	11	3	14
Gênero	11	3	14
Discurso sobre o MST na mídia	12	2	14
Ação política, luta e processo organizativo	10	2	12
Cotidiano, realidade, constituição qualidade de vida em assentamento	12	-	12

De forma geral, os temas abordados caracterizam-se pela diversidade e pela interdisciplinaridade. Observando aqueles mais citados, acredito que grande parte dos pesquisadores interessou-se por aquilo que o MST traz de novo: sua proposta pedagógica e formativa, sua própria constituição enquanto movimento social e a dos sujeitos que o compõem (identidade, consciência, ideologia, formação político-religioso-ética) organização da produção, visão das relações de gênero e relação do MST com mediadores e opositores.

A Psicologia nesta história

Feito este mapeamento sobre a produção geral de dissertações e teses sobre o MST, passo agora a apresentar a contribuição específica da Psicologia, no que diz respeito a questões orientadoras, temáticas abordadas, principais resultados e conclusões das pesquisas. Inicialmente, organizei as pesquisas em três grupos, de acordo com as questões orientadoras.

O primeiro grupo de questões orientadoras das pesquisas constituiu-se daquelas que dizem respeito ao que leva os sujeitos a lutar pela terra e aderir ao MST. Este questionamento está presente nas dissertações de Tarelho (1988), Silva (2002), Narita (2000) e na dissertação de minha autoria (Domingues, 2001).

Para Tarelho (1988), é possível explicar a crise agrária recorrendo-se à História e a Sociologia, mas não a decisão de lutar pela terra, pois esta envolve um ato de consciência e só pode ser explicada levando-se em consideração os motivos subjetivos que a

possibilitaram. O MST não pode ser visto “(...) apenas como a expressão de contradições geradas no plano econômico, por influência de uma política de desenvolvimento concentracionista e excludente, mas sim como síntese produzida pela combinação desses elementos à vontade, ao saber prático político, às imagens de mundo, etc” (p. 3). Ou seja, os determinantes objetivos (condições econômicas, históricas e sociais), embora fundamentais, são insuficientes para explicar a emergência do MST, fazendo-se necessário recorrer aos determinantes subjetivos. Na busca destes determinantes subjetivos, Tarelho (1988) destacou a importância da existência de processos comunicativos pedagógicos, que funcionaram como conscientizadores e construtores de uma identidade social crítica, transformando sujeitos anônimos e passivos em sujeitos coletivos.

Seguindo a mesma direção de Tarelho (1988), Silva (2002) buscou investigar as razões que motivam os sujeitos a adotarem ações coletivas para a transformação social da realidade em que vivem, através do processo de formação da consciência política entre famílias do MST. Suas análises indicam que “(...) as ações, metas e projetos do movimento, para que obtenham êxito, necessitam fazer sentido frente à herança histórica, cultural e política de cada sujeito” (p. 190). Ou seja,

(...) indivíduos não se tornam predispostos a construir metas e propostas, a agir coletivamente simplesmente porque estejam identificados com um grupo de pertença, comunguem das mesmas crenças e valores sociais, tenham os mesmos adversários etc;

elas agem coletivamente quando as metas e propostas de ação coletiva fazem sentido para elas, quando não entram em choque com sua herança social, política e cultural, gerando-lhes o sentimento de eficácia política. Portanto, entendemos que são as metas de ação coletiva as responsáveis pela adesão comportamental do sujeito ao 'outro' (Silva, 2002, p. 190).

Enquanto Tarelho (1988) e Silva (2002) destacam a importância da formação da consciência política e de uma identidade coletiva para a constituição do MST; Narita (2000), ao analisar o que motiva os sujeitos a lutar pela terra, destaca a importância das necessidades de sobrevivência (alimentação e segurança) e da necessidade de se organizar em grupo para proteger-se da natureza e de outros homens. Para a autora, o MST consegue mobilizar e organizar os indivíduos porque atua sobre estas necessidades, transformando-as em demandas sociais e políticas, além de representar o único meio de sobrevivência para aqueles aos quais não restam opções. Logo, a motivação primeira dos sem-terra é a luta pela sobrevivência, a luta pela vida e é isto que os leva a participar do MST. Ao lado desta, Narita (2000) aborda mais uma série de motivações e considera a consciência como não sendo determinante da participação dos sujeitos no MST. Vejamos o que ela diz:

Parti achando que era da consciência, e achava impressionante como o movimento conseguia mobilizar tantas consciências no Brasil nesse momento. Foi esse fato histórico que me atraiu, e eu pensei: '– Mas como é que pode!?' E percebi que não é por uma questão de consciência, é por razões que animam quaisquer sujeitos a viver num mundo atual: pelas necessidades materiais de existência; e, a outras mais sofisticadas, pelo poder, pelo status, pelo dinheiro, que animam qualquer sujeito a viver neste mundo. As mesmas motivações que qualquer um têm, pra viver e tentar viver através do MST, com justificativas e sonhos os mais diversos (Narita, 2000, p. 868).

Para Narita (2000), lutar pela sobrevivência, pela vida, de certo modo, também implica a consciência, a percepção da realidade em que se vive. Lutar pela terra envolve um ato de consciência, mas não necessita de uma consciência adquirida num processo reflexivo crítico, mas de uma consciência que se dá em nível do concreto, da percepção da realidade. A consciência política e de classe pode ser adquirida no

processo de luta e formação no MST, mas não é o que leva os indivíduos a participar do movimento.

Já em minha pesquisa (Domingues, 2001), busquei investigar a dimensão subjetiva inconsciente presente na luta pela terra e a adesão dos sujeitos ao MST. A partir da idéia de Freud (1921/1973) de que o que mantém os indivíduos unidos em um grupo é a existência de um duplo vínculo libidinal – um vínculo vertical, que remete à dimensão do ideal, e um vínculo horizontal, que remete à dimensão da identificação –, investiguei quais foram os ideais que levaram à adesão ao movimento e cheguei a duas possibilidades: os ideais revolucionários sustentados pelo MST e a terra como ideal, sendo que este último foi identificado como sendo o ideal comum que possibilitou o estabelecimento do vínculo vertical, suporte para a identificação dos sujeitos. Juntamente com os ideais, destaquei a importância do reconhecimento do sujeito da sua insuficiência e da necessidade do outro como ponto de partida para o estabelecimento de uma aliança fraterna que possibilitasse a organização de ações coletivas. Escapar da pretensão à auto-suficiência e reconhecer a necessidade do outro é, portanto, fundamental para o estabelecimento do vínculo horizontal (identificação) e da cumplicidade entre os semelhantes, que permitiu, pela conjugação de forças, enfrentar um poder vivenciado como absoluto. No MST, a identificação horizontal e a experiência compartilhada possibilitaram e possibilitam a troca de saberes e experiências entre os semelhantes que, pela própria multiplicidade, permitiu relativizar o discurso da autoridade e a expressão das demandas insatisfeitas que esta não consegue calar.

Outro grupo de questões orientadoras das pesquisas constituiu-se daquelas que diziam respeito à produção de subjetividades e questões internas ao movimento. As pesquisas de Bonavigo (1998), Campos (2004), Leite (2003), Salvaro (2004) e Tarelho (1988) abordam estas questões.

Tarelho (1988), já citado, destacou em sua pesquisa os processos comunicativos e pedagógicos propiciados pelas CEBS e os ocorridos no interior do movimento, que tornaram possível a construção de sujeitos coletivos e de uma identidade social própria.

Bonavigo (1998) estudou a cooperação agrícola nos acampamentos e assentamentos do MST e a produção de subjetividade. Investigou as seguintes questões: "Que práticas produziu ou está produzindo um modelo de cooperação agrícola? Que

subjetividades este modelo tem produzido? Frente à disciplina de um modelo, que outras práticas singulares estão sendo produzidas nos assentamentos?” (p. 6). A autora destacou que

Na medida em que ocorreu a institucionalização do movimento na organização do MST, o controle e a normatização se tornaram marcantes. A partir desse processo de institucionalização, que é contraditório, as normas, que foram produzidas historicamente, passaram a se impor como válidas, justas e únicas possíveis, como eternas e não produzidas no jogo de relações de força; por isso, esse processo está em constante contradição com as forças de auto-dissolução (Bonavigo, 1998, p. 26).

Bonavigo (1998), ao contrário de outros autores, que mostram o MST enquanto espaço de construção do novo, analisa a prática da cooperação agrícola no MST, “(...) enquanto um espaço de produção e defesa da vida e, ao mesmo tempo, de controle e reprodução do sistema” (p. 125).

Leite (2003), por sua vez, também interessado na produção de subjetividades no MST, questiona-se sobre como os trabalhadores sem terra são afetados pelos discursos e práticas do movimento em seu cotidiano. Parte do

(...) pressuposto de que o MST apresenta-se como uma instância que, por meio dos seus princípios organizativos se esforça para produzir subjetividades junto aos trabalhadores acampados, buscando atingi-los por meio de falas, rituais, programações e mobilizações no cotidiano do acampamento (p. 13).

Sua pesquisa sugere que os sujeitos no MST oscilam entre a reprodução e a reapropriação do modelo subjetivo proposto pelo MST e inauguram práticas cotidianas em conformidade ou não com as diretrizes do MST e com os ditames da propriedade privada, emergindo deste processo, ainda que precariamente, produções subjetivas singulares.

Campos (2004) buscou compreender a formação e o desenvolvimento da consciência de classe, principalmente em mulheres do MST. A autora destaca a importância da memória coletiva na construção da consciência de classe.

Já Salvaro (2004) interessou-se por analisar os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do MST. Suas análises mostram que, embora

a coletivização da terra e do trabalho tenha produzido mudanças significativas, ainda prevalece uma cristalização da divisão sexual do trabalho. Ao homem cabe o trabalho produtivo e extradoméstico e à mulher o trabalho considerado não produtivo (atividades de subsistência e o trabalho intradoméstico). E “(...) assim como as mulheres trabalham nos setores a partir dos limites impostos pelo trabalho na unidade doméstica, os homens trabalham na unidade doméstica em função dos limites impostos pelo trabalho nos setores” (p. 155). Logo, ainda é necessário avançar nas questões de gênero.

O terceiro grupo de questões orientadoras das pesquisas é o daquelas que dizem respeito aos agentes externos ao MST - como polícia militar, agrônomos e técnicos agropecuários e a imprensa - que em algum momento se depararam com o MST. Aqui estão incluídas as pesquisas de Assy (2000), Gomes (2003) e Romão (2002).

Assy (2000) se propôs a analisar as transformações que ocorreram na polícia militar a partir de um episódio de confronto com o MST (saque de um armazém do governo baiano). Segundo a autora,

O problema que os sem-terra trazem para a PM e para o Estado constitui-se por ser outra coisa que não a violência de um crime. A sua ilegalidade não pode ser dada *a priori*. É antes um problema para as próprias leis, já que elas não podem mais sustentar-se absolutas e irrevogáveis. Ao menos uma fenda deve se abrir para dar passagem ao que as leis comportam (Assy, 2000, p. 46-47).

Já Gomes (2003), com o objetivo de conhecer os profissionais extencionistas do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo ‘José Gomes da Silva’), investigou as visões de mundo, identificações, sentimentos de compromisso e solidariedade de agrônomos e técnicos agropecuários na realização da assistência técnica e extensão rural. Segundo a autora, no discurso dos técnicos está presente o sentimento de pertença ao grupo de agricultores familiares de onde seus pais vieram, a identificação e o comprometimento com o grupo atendido. Entre as dificuldades na realização do trabalho de assistência técnica e extensão rural, apontadas pelos técnicos, estão “excesso de atribuições, inconstância das normas, choque de papéis como educador e fiscal das famílias, dificuldade de agilização burocrática, indefinição a quem o órgão quer servir, o governo ou os assentados, abrangência excessiva de campos de trabalho etc”

(Gomes, 2003, p. 136). Além disso, os técnicos levantam como problemas que precisam ser discutidos o arrendamento (proibição) e a tutela do Estado (o Estado “deu a terra” e vigia para que os trabalhadores não infrinjam suas normas).

Por fim, Romão (2002) investigou o que se fala sobre os sem-terra (sentido dominante e oficial) e o que os sem-terra falam sobre o movimento e sobre si mesmos (sentido de luta pela terra e resistência). A autora mostra que, ao longo da história, os sem-terra, no sentido dominante, sempre foram associados à baderna, à desordem, ao crime, à ilegalidade e à loucura.

Quando os camponeses se organizam e ameaçam produzir mudanças, a formação discursiva dominante passa a desqualificá-los de diversas formas (...) em um movimento de apagamento e exclusão, da minoria à baderna, sempre afirmando um movimento de predição negativa. Em intensidade igual à tentativa de apagamento, a formação discursiva dominada resiste sob impacto da violência e do silenciamento. Pela intervenção da historicidade, os sentidos de indignação e luta pela terra sempre escorreram e encontraram representação na voz de líderes religiosos. Os ecos desse discurso se condensam no MST com grande intensidade (Romão, 2002, p. 168-169).

A pesquisa de Romão (2002), como as demais, traz a denúncia das desigualdades e injustiças que afetam a população brasileira e contribui para o desvelamento do discurso dominante, que sempre criminalizou e/ou classificou de loucos aqueles que lutam pela terra.

Embora as pesquisas sobre o MST na Psicologia ainda sejam poucas, elas trazem questões e resultados interessantes sobre: as transformações subjetivas que a participação no movimento tornou possíveis; a compreensão do que move e leva ao empreendimento de ações coletivas; as propostas inovadoras do MST na produção e nas relações de gênero e suas dificuldades; o questionamento que o MST traz para seus interlocutores que os levam a refletir sobre sua atuação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Albuquerque (2002), a Psicologia tem uma importante contribuição a dar aos estudos sobre o homem rural e ao estudo de movimentos rurais como o MST. Entre as contribuições da Psicologia,

Albuquerque (2002) destaca os estudos sobre: identidade social, coesão grupal, liderança, influência de grupos minoritários sobre majoritários, participação democrática, desconstrução de conceitos e crenças errôneos, crenças e atitudes dos habitantes da zona rural sobre a ecologia e o desenvolvimento sustentável, qualidade de vida na zona rural, avaliação do impacto psicológico de políticas públicas, gênero, organizações agrárias, etc.

Alguns dos temas que Albuquerque (2002) propõe para a Psicologia foram encontrados no levantamento geral (de todas as disciplinas, incluindo a psicologia) realizado no banco de resumos da Capes, como é caso de: identidade, gênero e organizações agrárias (cooperativa, processo organizativo), que aparecem em um número significativo de resumos, como é possível observar na Tabela 3. Outros - como qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, participação democrática, coesão grupal, liderança e políticas públicas - foram abordados em poucos resumos e muitas vezes não são o objetivo principal do estudo. Já no que se refere à desconstrução de conceitos e crenças errôneos, crenças e atitudes dos habitantes da zona rural sobre a ecologia e o desenvolvimento sustentável e avaliação do impacto psicológico de políticas públicas, não foi encontrado nenhum resumo, o que indica a necessidade de novos estudos.

Poucos foram também os estudos encontrados sobre a infância no MST. Foi encontrado um número significativo de estudos sobre experiências educativas e sobre a proposta pedagógica do MST, muitos destes certamente voltados para a criança, porém enquanto educando, e não para a constituição/desenvolvimento da criança no MST. Nenhuma das pesquisas citadas da Psicologia aborda especificamente a questão da infância. A Psicologia muito poderia contribuir neste sentido, com estudos tanto sobre a questão do próprio desenvolvimento infantil como sobre luto e trauma, já que muitas vezes as crianças presenciam e são vítimas de situações de extrema violência (despejos, chacinas, assassinatos).

A questão da desterritorialização e da construção de novas territorialidades, estudada pela Geografia, e o sofrimento psíquico que elas ocasionam também poderiam ser alvo de estudos da Psicologia, assim como a questão mais ampla, que é a da saúde mental no campo.

Estas são apenas algumas questões de que a Psicologia poderia ocupar-se. Existem outras, e as citadas, possivelmente, já foram pensadas por psicólogos, porém carecem ainda de uma maior sistematização. Deixo aos colegas o convite a que

também olhem para o campo e para os movimentos sociais rurais, dos quais o MST é a principal expressão na atualidade.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia, teoria e pesquisa*, 18(1). Recuperado em 08 de fevereiro de 2005, de <http://www.scielo.br>.
- Assy, M. R. do A. (2000). *Agitar, policiar, agir, noticiar em maio de 98*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Banco de Teses da Capes (2005/2006). Em <http://servicos.capes.gov.br/capesdw>.
- Bonavigo, E. A. (1998). *Produção sócio-histórica a "cooperação agrícola" no acampamento da fazenda Annoni e no assentamento 16 de Março: práticas cotidianas e produção de subjetividades*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Campos, F. de A. (2004) *Trabalho e consciência de classe: a história de dona Antônia e dona Maria na luta pela terra*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Dataluta - Banco de Dados da luta pela Terra (2005). *Tabela 01: número de ocupações e de famílias por estado e microrregiões 1988-2004*. Recuperado em 28 de fevereiro de 2006, de <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Dataluta/Dataluta2002/dataluta2002.html>.
- Domingues, E. (2001). *A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Fernandes, B. M. (2006). *20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula*. Recuperado em 24 de setembro de 2006, de <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20NERA/20%20anos%20do%20mst%20e%20a%20perspectiva%20da%20reforma.pdf>.
- Ferreira, N. S. de A. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & sociedade*, 23(79), 257-272. Recuperado em 02 de junho de 2005, de <http://www.scielo.br>.
- Gohn, M. da G. (1998). Desafios da participação popular no meio rural brasileiro neste final de milênio. Em *XXII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Caxambu.
- Gomes, M. J. M. (2003). *Estudo sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Leite, J. F. (2003). *Produção de subjetividades em trabalhadores na condição de luta pela terra no Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2001). *O desenvolvimento do MST*. Recuperado em 29 de julho de 2001, de <http://www.mst.org.br>.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2003). *História do MST*. Recuperado em 17 de maio de 2003, de <http://www.mst.org.br/historia1.html>.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2004). *Quem somos 1984-2004: MST 20 anos de lutas, conquistas e dignidade!* Recuperado em 19 de dezembro de 2004, de <http://www.mst.org.br/historico/hitoria.html>.
- Narita, S. (2000). *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Paranapanema-SP*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Romão, L. M. S. (2002). *O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta da nação*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Salvaro, G. I. J. (2004). *"Ainda precisamos avançar": os sentidos produzidos por trabalhadoras/es sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. Dissertação de mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Silva, A. S. (2002). *Acampados no "Carlos Mariguela": um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no pontal do Paranapanema*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Silva, L. O. (1997). As Leis Agrárias e o latifúndio improdutivo. *Brasil Agrário: São Paulo em Perspectiva*, 11(2), 15-25.
- Stédile, J. P. & Fernandes, B. M. (1999). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Tarelho, L. C. (1988). *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Recebido em 17/10/2006

Aceito em 21/05/2007

AGRADECIMENTO

Agradecimentos às autoras das dissertações e tese que gentilmente enviaram suas pesquisas por e-mail ou correio: Elizabete Ana Bonavigo, Fabiana de Andrade Campos, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Lucília Maria Sousa Romão e Maria Judith Magalhães Gomes.

Endereço para correspondência: Eliane Domingues. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Psicologia, Av. Colombo, 5790, CEP 87020-900, Maringá-PR. *E-mail:* edomingues@uem.br